

Argo V Transmissão de Energia S.A

**Demonstrações Financeiras do Exercício
Findo
em 31 de dezembro de 2023**

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras	3
Balanço patrimonial	6
Demonstrações do resultado	7
Demonstrações do resultado abrangente	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa	10
Demonstrações do valor adicionado	11
Notas explicativas às demonstrações financeiras	12



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Verbo Divino, 1400, Conjunto Térreo ao 801 - Parte,
Chácara Santo Antônio, CEP 04719-911, São Paulo - SP
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo - SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas e Administradores da
Argo V Transmissão de Energia S.A.

São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Argo V Transmissão de Energia S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Argo V Transmissão de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principal assunto de auditoria

Principal assunto de auditoria é aquele que, em nosso julgamento profissional, foi o mais significativo em nossa auditoria do exercício corrente. Esse assunto foi tratado no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esse assunto.



Mensuração do ativo de concessão

Veja a nota explicativa 3.8 das demonstrações financeiras

Assunto

O balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 apresenta o saldo de ativo de concessão no montante de R\$ 928.715 mil, reconhecido em contrapartida da receita de construção da infraestrutura de transmissão e da receita de remuneração do ativo da concessão.

A modelagem financeira utilizada na mensuração do ativo de contrato inclui entre outros elementos, a determinação de custos e consequentemente margens de lucratividade referentes à receita de construção e de melhoria e de operação e manutenção da infraestrutura de transmissão, que são calculadas com base nas características e complexidade de cada contrato de concessão, incluindo a estimativa de recebimentos através da Receita Anual Permitida (RAP) do leilão e em relação aos custos para a construção, melhoria e operação e manutenção da infraestrutura de transmissão. Adicionalmente, devido à característica de longo prazo do ativo da concessão, a modelagem financeira também inclui a determinação da taxa de desconto que representa o componente financeiro embutido no fluxo de recebimentos futuros provenientes da RAP.

Devido à relevância do saldo do ativo de concessão, a mensuração do ativo de concessão foi considerada significativa para nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Os nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros:

- Obtenção dos cálculos elaborados pela Companhia para mensuração do ativo de concessão;
- Análise dos fatores considerados pela Companhia para determinação da margem de construção da infraestrutura de transmissão e margem de operação e manutenção, incluindo inspeção documental dos custos incorridos em relação ao custo total estimado, bem como, análise qualitativa das adições realizadas nos projetos de reforço.
- Revisamos a metodologia de cálculo utilizada para mensuração do ativo de concessão e a consistência das premissas utilizadas no exercício corrente em relação as anteriormente definidas.
- Avaliação das divulgações nas demonstrações financeiras.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos que a mensuração do saldo de ativo de concessão, bem como as divulgações relacionadas, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, tomadas em conjunto.



Outros assuntos - Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A governança é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.



Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião.

Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia .
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia . Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aquele que foi considerado como mais significativo na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constitui o principal assunto de auditoria. Descrevemos esse assunto em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 31 de janeiro de 2024

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-014428/O-6

Daniel Aparecido da Silva Fukumori
Contador CRC 1SP245014/O-2

ARGO V TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.
BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Em milhares de reais - R\$)

ATIVO	Nota explicativa	31/12/2023	31/12/2022	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	31/12/2023	31/12/2022
CIRCULANTE				CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	4.223	8.195	Fornecedores	11	1.446	124
Títulos e valores mobiliários	5.1	40.526	12.637	Encargos sociais e trabalhistas	12	216	-
Contas a receber de clientes	6	10.717	9.467	Obrigações tributárias	13	2.476	748
Imposto de renda e contribuição social a compensar	9	1.957	862	Obrigações regulatórias	14	788	842
Tributos a compensar	10	169	109	Dividendos a pagar		443	-
Ativo da concessão	8	99.572	95.424	Contas a pagar - partes relacionadas	19	612	405
Despesas pagas antecipadamente	7	200	482	Empréstimos e Financiamentos	15	23.952	20.233
Outros Ativos		2.777	938	Debêntures	16	11.995	9.861
Total do ativo circulante		160.141	128.114	PIS e Cofins diferidos	17	9.210	8.827
				Outros passivos		3.985	2.317
NÃO CIRCULANTE				Total do passivo circulante		55.123	43.357
Fundos Vinculados - Caixa restrito	5.2	25.405	23.079	NÃO CIRCULANTE			
Ativo da concessão	8	829.143	741.769	Empréstimos e Financiamentos	15	296.577	255.519
Outros Ativos		2.438	2.162	Debêntures	16	71.371	78.157
Imobilizado		12	-	Imposto de renda e contribuição social diferidos	25	94.706	75.412
Total do ativo não circulante		856.998	767.010	PIS e COFINS diferidos	17	76.696	68.614
				Total do passivo não circulante		539.350	477.702
				PATRIMÔNIO LÍQUIDO	20		
TOTAL DO ATIVO		1.017.139	895.124	Capital social		251.285	251.285
				Reserva de lucros		160.741	122.780
				Dividendos adicionais propostos		10.640	-
				Total do patrimônio líquido		422.666	374.065
				TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.017.139	895.124

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

ARGO V TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.
 DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS
 PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
 (Em milhares de reais - R\$, exceto o lucro por ação)

	Nota explicativa	31/12/2023	31/12/2022
Receita de operação e manutenção, construção de infraestrutura e outras		72.029	48.048
Remuneração financeira do ativo de concessão		114.877	74.940
Parcela variável, encargos setoriais e outras deduções		(19.840)	
RECEITA LÍQUIDA	22	<u>167.066</u>	<u>122.988</u>
CUSTO DE CONSTRUÇÃO	23	(52.690)	(19.820)
CUSTO DE OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO	23	(9.724)	(6.337)
LUCRO BRUTO		<u>104.652</u>	<u>96.831</u>
DESPESAS OPERACIONAIS	23		
Gerais e administrativas		(2.747)	(2.652)
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		<u>101.905</u>	<u>94.179</u>
	24		
Receitas financeiras	24	5.316	4.544
Despesas financeiras		(38.333)	(35.452)
RESULTADO FINANCEIRO		<u>(33.017)</u>	<u>(30.908)</u>
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		<u>68.888</u>	<u>63.271</u>
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL			
Corrente	25	(550)	(874)
Diferido	25	(19.294)	(11.386)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		<u>49.044</u>	<u>51.011</u>
LUCRO POR AÇÃO - R\$ (BÁSICO E DILUÍDO)	21	0,1952	0,2030

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

ARGO V TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Em milhares de reais)

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	49.044	51.011
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO	<u>49.044</u>	<u>51.011</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

ARGO V TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.
 DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
 PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
 (Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Capital social	Reservas			Dividendos adicionais propostos	Lucros acumulados	Total
		Subscrito e integralizado	legal	Incentivos fiscais	de lucros a realizar			
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021		225.501	7.137	5.079	75.797	-	-	313.514
Reversão de dividendos ano anterior		-	-	-	678	-	-	678
Lucro líquido do período		-	-	-	-	-	51.011	51.011
Aumento de capital social		25.784	-	-	-	-	-	25.784
Constituição de reserva legal		-	2.551	-	-	-	(2.551)	-
Constituição de reserva de incentivos fiscais		-	-	2.872	-	-	(2.872)	-
Constituição de reserva de retenção de lucros		-	-	-	28.666	-	(28.666)	-
Juros sobre capital próprio		-	-	-	-	-	(16.922)	(16.922)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022		251.285	9.688	7.951	105.141	-	-	374.065
Lucro líquido do exercício	21	-	-	-	-	-	49.044	49.044
Constituição de reserva legal		-	2.452	-	-	-	(2.452)	-
Constituição de reserva de incentivos fiscais	20	-	-	2.258	-	-	(2.258)	-
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	-	-	(443)	(443)
Dividendos adicionais propostos		-	-	-	-	10.640	(10.640)	-
Constituição de reserva de lucros a realizar		-	-	-	33.251	-	(33.251)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023		251.285	12.140	10.209	138.392	10.640	-	422.666

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

ARGO V TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.
 DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
 PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
 (Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	31/12/2023	31/12/2022
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro líquido do exercício		49.044	51.011
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício com o caixa líquido aplicado nas atividades operacionais:			
Imposto de renda e contribuição social diferidos	25	19.294	11.386
Imposto de renda e contribuição social correntes	25	550	874
Provisão para PIS e Cofins diferidos	17	8.465	4.225
Remuneração do ativo de concessão	22	(114.876)	(89.914)
Receita de operação e manutenção	22	(10.863)	(9.871)
Receita de construção	22	(62.714)	(22.036)
Receitas de títulos e valores mobiliários	24	(5.572)	(4.544)
Juros e correção monetária sobre empréstimos	15	24.755	23.941
Juros e correção monetária sobre debêntures	16	9.534	10.818
Amortização dos custos de transação	15	31	-
Caixa gerado pelas operações		(82.352)	(24.110)
(Aumento) redução nos ativos operacionais:			
Concessionárias e Permissionárias	6	(1.250)	(1.620)
Ativo da concessão	8	96.931	78.624
Tributos a compensar	10	(59)	(1.681)
Despesas pagas antecipadamente	7	282	(172)
Imposto de Renda e Contribuição social a recuperar		(1.095)	-
Outros Ativos		(2.115)	(1.060)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:			
Fornecedores	11	1.322	(1.110)
Encargos sociais e trabalhistas		216	875
Obrigações tributárias	13	482	(30)
Obrigações regulatórias	14	(54)	233
Contas a pagar - partes relacionadas	19	207	405
Outros passivos		1.668	2.091
Imposto de renda e contribuição social pagos		696	494
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais		14.879	52.939
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aquisição de imobilizado e intangível		(12)	-
Aplicação em títulos e valores mobiliários	5.1	(41.125)	-
Resgates em títulos e valores mobiliários	5.1	16.299	18.763
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento		(24.838)	18.763
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Captação de empréstimos, financiamentos e debêntures	15 e 16	60.601	-
Pagamento de principal de empréstimos	15	(19.537)	(17.828)
Pagamento de principal de debêntures	16	(8.423)	(6.011)
Pagamento de juros de empréstimos	15	(21.074)	(21.845)
Pagamento de juros de debêntures	16	(5.763)	(5.942)
Juros sobre capital próprio		-	(16.922)
Aplicações em Fundos Vinculados - Caixa restrito	5.2	(15.809)	1.060
Resgates em Fundos Vinculados - Caixa restrito	5.2	15.992	-
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento		5.987	(67.488)
AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA			
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	4	4.223	8.195
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	4	8.195	3.981
AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(3.972)	4.214

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

ARGO V TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.
 DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO (CONSUMIDO)
 PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
 (Em milhares de reais - R\$)

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
RECEITAS		
Receitas relativas à operação de ativos próprios	10.863	9.871
Receitas relativas à construção de ativos próprios	62.714	22.036
Receitas relativas à remuneração do ativo da concessão	114.876	89.914
Outras receitas	(2.861)	15.019
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS		
Serviços de terceiros	(7.464)	(28.627)
Custo de Operação e manutenção	(1.284)	-
Custo de construção	(52.690)	-
Outros	(2.896)	-
VALOR ADICIONADO BRUTO	<u>121.258</u>	<u>108.213</u>
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA COMPANHIA	<u>121.258</u>	<u>108.213</u>
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA		
Receitas financeiras	5.572	4.544
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	<u>126.830</u>	<u>112.757</u>
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	<u>126.830</u>	<u>112.757</u>
Pessoal	<u>3.694</u>	<u>177</u>
Remuneração direta	2.977	183
Benefícios	515	19
FGTS	202	(25)
Impostos, taxas e contribuições	<u>39.803</u>	<u>26.810</u>
Tributos federais	39.803	26.810
Remuneração de capitais de terceiros	<u>34.289</u>	<u>34.759</u>
Juros	34.289	34.759
Remuneração de capitais próprios	<u>49.044</u>	<u>51.011</u>
Dividendos	11.083	-
Juros sobre capital próprio	-	16.922
Lucros retidos	37.961	34.089

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais - R\$, exceto se de outra forma mencionado)

1 Informações gerais

A Argo V Transmissão de Energia S.A. (“Argo V” ou “Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado registrada na Comissão de Valores Mobiliários - CVM, constituída em 12 de maio de 2014 e domiciliada à Rua Tabapuã, 841 - 5º andar, Itaim Bibi, São Paulo - SP.

A Companhia tem por objeto social a exploração, construção, implantação, operação e manutenção do serviço público de transmissão de energia elétrica na rede básica do Sistema Elétrico Integrado Nacional e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração, apoio e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica.

Em dezembro de 2021, a Argo V solicitou junto à Comissão de Valores Mobiliários – CVM o registro na categoria B, sendo a pedido aprovado em 21 de março de 2022.

Em 29 de julho de 2022, a Argeb Empreendimentos e Participações S.A. assinou o Contrato de Compra e Venda de Ações com a Brasil Energia Fundo de Investimento, para a aquisição de 100% das ações da Odoiyá Transmissora de Energia S.A., antiga denominação social da Argo V.

Em 30 de novembro de 2022, a controladora Argeb Empreendimentos e Participações S.A. assumiu o controle da Companhia e alterou a sua sede para a Rua Tabapuã, 841 - 5º andar, Itaim Bibi, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. Essa transferência de controle foi anuída previamente pela ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica, por meio do Despacho nº 2.794 de 29 de setembro de 2022.

A Argeb Energia Empreendimentos e Participações S.A detém 100% do capital social da Companhia.

1.1. Concessão

Por meio do Contrato de Concessão do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica nº 17/2014 - ANEEL, datado de 5 de setembro 2014, foi outorgada à Argo V a concessão de Serviço de Transmissão de Energia Elétrica pelo prazo de 30 anos, que consiste na construção, operação, manutenção e pelas demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio dos seguintes empreendimentos:

- Subestação 500/230 kV Juazeiro da Bahia III;
- Subestação 230/69 kV Juazeiro da Bahia III (novo pátio 69 kV);
- Seccionamento LT 500 kV Sobradinho - Luiz Gonzaga na SE Juazeiro da Bahia III;
- Subestação 500/230 kV Morro do Chapéu II (novo pátio 500 kV); (6+1 Res) x 300MVA e Compensador Estático (-100/+200) Mvar;
- LT 230 kV Juazeiro da Bahia III - Juazeiro da Bahia II, 4,5 km;
- LT 500 kV Morro do Chapéu II - Sapeaçu, 300 km;

- LT 500 kV Morro do Chapéu II - Sapeçu, SE Morro do Chapéu 11 500/230kV - (6+1R) x 300 MVA e Compensador Estático 500kV (-100/+200) Mvar.

Em 25 de julho de 2019, conforme Carta ONS - 0502 - DTA - 2019 foi emitido pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico o Termo de Liberação Definitivo (TLD) da Transmissora Odojá.

A Receita Anual Permitida (RAP) do contrato de Concessão, foi determinada em aproximadamente R\$ 63.359 para todos os trechos (valor histórico), e atualizada para R\$ 98.802 (valor para o ciclo 2023-2024) com recebimento em cotas mensais. A RAP é corrigida anualmente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA e será válida por todo o prazo de operação comercial da Argo V.

A Companhia assinou o CCT nº 001/2017 que trata da instalação de um módulo de entrada de linha 69 KV na SE Juazeiro, com investimento de cerca de R\$ 5,2 milhões e RAP prevista de R\$ 592 a ser definida na próxima revisão tarifária, a energização ocorreu em novembro de 2023.

Devido a necessidade de expansão do sistema de transmissão, a ANEEL através das Resoluções Autorizativas abaixo

- REA nº 12.948/2023 de 31 de maio de 2023.

Instalação de um banco de Reatores de barra 500KV e suas respectivas conexões na SE Juazeiro III, com investimento previsto de R\$ 27,8 milhões e RAP de R\$ 3,4 milhões, com término da obra previsto para fevereiro de 2024..

- REA nº 11.799/2022 – Aprovado em 4 de maio de 2022.

Instalação de um Banco de Transformadores de 500/230KV e suas respectivas conexões na SE Morro do Chapéu II, com investimento previsto de R\$ 77,1 milhões e RAP de R\$ 9,4 milhões, com término da obra previsto para abril/2024.

2 Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório *financeiro* “*IFRS – International Financial Reporting Standards*”, emitidas pelo “*IASB – International Accounting Standards Board*”.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e as orientações e interpretações dos pronunciamentos técnicos emitidos pelo CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis, aprovados pelo CFC – Conselho Federal de Contabilidade que foram aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

A emissão das demonstrações financeira foi aprovada e autorizada pelo Conselho de Administração em 31 de janeiro de 2024.

Adicionalmente, a Administração considerou as orientações emanadas da Orientação OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras de forma que as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras estão expressas em milhares de reais (R\$), arredondadas ao milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra maneira.

Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma.

2.2 Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em reais (R\$), moeda funcional e de apresentação da Companhia.

2.3 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRS exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e julgamentos são revisadas de forma contínua. Já as alterações nas estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que estas estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. As principais áreas que envolvem estimativas e julgamentos relevantes são:

- (a) Ativo de concessão: a Companhia identificou a existência de componente de financiamento significativo nos contratos de concessão. A determinação da taxa de desconto do Ativo de concessão envolve julgamento significativo considerando os riscos e prêmios específicos de cada contrato de concessão.
- (b) As margens de lucratividade referentes à prestação de serviços de: (i) construção e de melhoria; e (ii) operação e manutenção, da infraestrutura de transmissão são determinadas com base nas características e complexidade de cada contrato de concessão, incluindo a estimativa de recebimentos através da RAP do leilão em relação aos custos para a construção, de melhoria e de operação e manutenção da infraestrutura de transmissão.
- (c) Avaliação de instrumentos financeiros - são utilizadas técnicas de avaliação que incluem informações que não se baseiam em dados observáveis de mercado para estimar o valor justo de determinados tipos de instrumentos financeiros. A nota explicativa nº 28 oferece informações detalhadas sobre as principais premissas utilizadas pela Companhia na determinação do valor justo de seus instrumentos financeiros, bem como análise de sensibilidade dessas premissas.
- (d) Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos: são registrados ativos relacionados aos impostos diferidos decorrentes de prejuízos fiscais e diferenças temporárias entre as bases contábeis de ativos e passivos e as bases fiscais. Os impostos diferidos ativos são reconhecidos à medida que a Companhia espera gerar lucro tributável futuro suficiente com base em projeções e previsões

elaboradas pela Administração. Essas projeções e previsões incluem diversas hipóteses relacionadas ao desempenho da Companhia e fatores que podem diferir dos resultados reais.

Em conformidade com a atual legislação fiscal brasileira, não existe prazo para a utilização de prejuízos fiscais. Contudo, os prejuízos fiscais acumulados podem ser compensados somente ao limite de 30% do lucro tributável anual (vide nota explicativa nº 23).

3 Políticas contábeis materiais

3.1 Caixa e equivalente de caixa

Incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de três meses ou menos, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

3.2 Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou à sua emissão. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia não possui nenhum tipo de instrumento financeiro derivativo.

A classificação depende da finalidade dos ativos e dos passivos financeiros e é determinada na data do reconhecimento inicial. Todas as aquisições ou alienações normais de ativos e passivos financeiros são reconhecidas ou baixadas com base na data de negociação.

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(i) Ativos financeiros

O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, mais ou menos, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia apresentou somente instrumentos financeiros classificados como custo amortizado e valor justo por meio do resultado.

Custo amortizado

São incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou

determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São registrados no ativo circulante, exceto, nos casos aplicáveis, aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço, os quais são classificados como ativo não circulante.

Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo.

Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado.

(ii) **Passivos financeiros**

Os passivos financeiros, incluindo financiamentos, são inicialmente mensurados pelo valor justo, líquidos dos custos da transação. Posteriormente, são mensurados pelo valor de custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos, e a despesa financeira é reconhecida com base na remuneração efetiva.

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

(iii) **Classificação dos instrumentos financeiros**

A classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros é conforme segue:

<u>Ativo/Passivo Financeiro</u>	<u>Classificação</u>
Caixa, equivalentes de caixa	Custo amortizado
Títulos e valores mobiliários	Valor justo através do resultado
Contas a receber - partes relacionadas	Custo amortizado
Contas a receber de clientes	Custo amortizado
Fundo vinculado – caixa restrito	Valor justo através do resultado
Fornecedores	Custo amortizado
Financiamentos	Custo amortizado
Contas a pagar - partes relacionadas	Custo amortizado
Debêntures	Custo amortizado

3.3 Imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável anual excedente a R\$ 240. A contribuição social foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável anual. O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram calculados com base nas diferenças temporárias no reconhecimento de receitas e despesas para fins contábeis e fiscais, sobre os prejuízos fiscais e a base negativa de contribuição social, quando for provável a realização com lucros tributáveis futuros.

O saldo dos impostos diferidos ativo é revisado no fim de cada exercício e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no fim de cada exercício, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada.

Benefício fiscal - Lucro da exploração

Devido ao fato de sua linha de transmissão e consequentemente operação estar situada na área da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, a Companhia possui incentivo de redução do valor do IRPJ a pagar equivalente a 75% do valor apurado sobre o lucro da exploração, aplicado sobre a receita de transmissão de energia, reconhecidas no resultado e, posteriormente, destinadas à reserva de lucros no patrimônio líquido. O período de fruição ao direito do benefício fiscal é de 01 de janeiro de 2018 a 31 de dezembro de 2027.

Em virtude do benefício concedido, a Companhia possui algumas obrigações dentre as quais destacamos: (i) cumprir a legislação trabalhista e social e das normas de proteção e controle do meio ambiente; (ii) aplicação do valor da redução do IRPJ em atividade diretamente ligada à operação na área de atuação da SUDENE; (iii) constituição de reserva de lucros com o valor resultante da redução, a qual somente poderá ser utilizada para absorção de prejuízo ou aumento de capital social; (iv) proibição de distribuição aos sócios ou acionistas do valor do imposto que deixar de ser pago em virtude da redução, sob pena de perda do incentivo e da obrigação de recolher, com relação à importância distribuída, o imposto que a Companhia tiver deixado de pagar, sem prejuízo da incidência do imposto sobre o lucro distribuído como rendimento e das penalidades cabíveis; e (v) apresentação anual da declaração de rendimentos, indicando o valor da redução correspondente ao exercício, observadas as normas em vigor sobre a matéria.

Benefício fiscal – Lei do Bem

Devido ao fato de a Companhia realizar investimentos em projetos de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PD&I) com o objetivo de gerar inovação tecnológica no setor elétrico e por ser optante do regime de Lucro Real, conforme definido na Lei 11.196/2005 a Argo V obteve o direito ao benefício da redução na alíquota de imposto de renda e de contribuição social sobre o lucro líquido considerando o percentual definido na lei para os dispêndios em atividades de PD&I.

3.4 Patrimônio líquido

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido.

3.5 Demonstração do valor adicionado (DVA)

A DVA tem por finalidade evidenciar a riqueza da Companhia e sua distribuição durante determinado período, conforme requerido pela legislação societária brasileira, é apresentada como parte de suas demonstrações financeiras, pois não é uma demonstração prevista e nem obrigatória conforme as *IFRS's*. Sua elaboração foi preparada com base nas informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado.

Essa demonstração reflete em sua primeira parte:

- (a) A riqueza auferida pela Companhia, representada por suas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre ela, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa, quando aplicável);
- (b) Os insumos adquiridos de terceiros (custo dos serviços e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incidentes no momento da aquisição, os efeitos das perdas e a recuperação de valores ativos);
- (c) O valor adicionado recebido de terceiros (resultado da equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas);

E a segunda parte da DVA reflete:

- (d) A distribuição da riqueza entre os grupos: pessoal; impostos; taxas e contribuições; remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

3.6 Demonstração dos fluxos de caixa

Elaborada pelo método indireto e apresentadas de acordo com a deliberação da CVM – Comissão de Valores Mobiliários nº 641, de 07 de outubro de 2010, que aprovou o pronunciamento técnico CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa.

A Companhia classifica os juros pagos como atividade de financiamento por entender que os juros representam custos para obtenção de seus recursos financeiros.

3.7 Resultado por ação

A Companhia efetua os cálculos do resultado por ação utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33) - Resultado por Ação.

O resultado básico e diluído por ação é calculado pela divisão do lucro do exercício pela média ponderada da quantidade de ações emitidas. A Companhia não possui instrumentos com efeitos

dilutivos, portanto, o resultado básico por ação é igual ao resultado diluído por ação.

3.8 Reconhecimento e mensuração de receita e do Ativo de contrato

A Companhia possui contrato de concessão de transmissão de energia elétrica firmado com o Poder Concedente, que incluem obrigações de desempenho relacionadas à construção e melhoria da infraestrutura de transmissão de energia elétrica e à operação e manutenção dessa infraestrutura.

Os contratos de concessão estabelecem que mesmo após o cumprimento da obrigação de desempenho de construção ou melhoria da infraestrutura de transmissão, a Companhia ainda deve cumprir com a obrigação de desempenho de operação e manutenção com o objetivo de manter a disponibilidade da rede de transmissão de acordo com as exigências da ANEEL. Uma vez que o direito incondicional à contraprestação da receita de construção ou melhoria da infraestrutura depende do cumprimento da obrigação de desempenho de operação e manutenção, a receita é reconhecida em contrapartida de um ativo de contrato de acordo com o CPC 47 (IFRS 15). Esse ativo de contrato passa ser classificado como Contas a Receber (ativo financeiro), à medida que a Companhia passe a ter direito incondicional à caixa.

Após a entrada em operação, a infraestrutura de transmissão a Companhia será paga e remunerada através da Receita Anual permitida (RAP), cujos valores são determinados no contrato de concessão e recebidos mensalmente pela Companhia pela disponibilização da infraestrutura de transmissão de energia. A RAP inclui a remuneração pela construção e melhoria da infraestrutura, a receita pela operação e manutenção e um componente de remuneração financeira pelo prazo do contrato. Entretanto, os contratos de concessão definem somente o valor total da RAP, isto é, não estabelecem o valor da RAP por obrigação de desempenho.

(a) Reconhecimento e mensuração de receita:

As receitas provenientes da prestação de serviços são reconhecidas e mensuradas com base no CPC 47 (IFRS 15). Especificamente, a norma introduz um modelo de 5 passos para o reconhecimento da receita:

- **Passo 1:** Identificar o(s) contrato(s) com o cliente.
- **Passo 2:** Identificar as obrigações de desempenho definidas no contrato.
- **Passo 3:** Determinar o preço da transação.
- **Passo 4:** Alocar o preço da transação às obrigações de desempenho previstas no contrato.
- **Passo 5:** Reconhecer a receita quando (ou conforme) a entidade atende cada obrigação de desempenho.

A Companhia reconhece receita conforme descrito abaixo:

- (i) **Receita de construção:** a obrigação de desempenho referente a construção da infraestrutura é satisfeita ao longo do período de construção. A receita é reconhecida ao longo do tempo mensurando o progresso em relação ao cumprimento total dessa obrigação de desempenho, com base no método de insumos. Essa receita é mensurada tendo como base os custos de construção incorridos em relação aos custos totais esperados, acrescidos de uma margem de lucratividade estabelecida pela Administração da Companhia. Eventuais ganhos ou perdas decorrentes de eficiência ou ineficiências na construção são reconhecidos como

custo de construção quando incorridos. Eventuais ganhos decorrentes de entrada em operação antecipada são reconhecidos ao final do período de construção.

- (ii) Receita de remuneração do Ativo de concessão: refere-se a juros reconhecidos com base no método linear que são mensurados com base em uma taxa de remuneração sobre o saldo do ativo de contrato, que reflete uma transação de financiamento da construção da infraestrutura entre a Companhia e o Poder Concedente. A taxa de remuneração do ativo de contrato é de 9,32% ao ano.

Adicionalmente, a modelagem financeira utilizada pela Companhia na mensuração do ativo de contrato de concessão inclui entre outros elementos, a determinação de uma contraprestação variável aplicável ao preço do contrato. O valor da contraprestação recebida pela Companhia pela construção da infraestrutura de concessão é reajustado anualmente com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor – IPCA dos últimos doze meses na data de reajuste. A Companhia efetua o cálculo da contraprestação variável com base no IPCA realizado entre a data da última homologação da Receita Anual Permitida - RAP pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e a data base das demonstrações financeiras, e reconhece esse valor na medida em que é altamente provável que uma reversão significativa no valor das receitas acumuladas reconhecidas não irá ocorrer. Em 31 de dezembro de 2023 o valor dessa contraprestação variável é de R\$ 36.924, representando um acréscimo na receita de remuneração do ativo de contrato da concessão em contrapartida do saldo do ativo de contrato da concessão.

- (iii) Receita de operação e manutenção: seu reconhecimento tem início após o período de construção e entrada em operação da infraestrutura, na medida que a obrigação de operar e manter a disponibilidade da infraestrutura é cumprida. A receita é reconhecida ao longo do tempo mensurando o progresso em relação ao cumprimento total dessa obrigação de desempenho, com base no método de insumos. Essa receita é mensurada tendo como base os custos de operação e manutenção incorridos em relação aos custos totais esperados, acrescidos de uma margem de lucratividade estabelecida pela Administração da Companhia. Eventuais ganhos ou perdas decorrentes de eficiência ou ineficiências na operação e manutenção são reconhecidos como custo quando incorridos. Embora a receita seja reconhecida ao longo do tempo, o ciclo da receita de operação e manutenção é mensal.

(b) Reconhecimento e mensuração do Ativo de concessão

Conforme descrito acima o Ativo de concessão é reconhecido em contrapartida da receita de construção ou melhoria da infraestrutura de transmissão.

Adicionalmente, os contratos de concessão estabelecem que a Companhia deve construir e efetuar a manutenção na infraestrutura de transmissão, sendo que a contraprestação a ser paga pelo Poder Concedente por esse serviço de construção e melhoria será recebida pela Companhia ao longo do contrato de concessão. Como o contrato de concessão detidos pela Companhia têm prazo de 30 anos (conforme descrito nas notas explicativas 1.1), a Companhia identificou a existência de componente de financiamento significativo no contrato de concessão.

O montante do Ativo de concessão é mensurado com base em uma modelagem financeira que desconta a valor presente os fluxos de recebimentos futuros provenientes da RAP, com base em uma taxa de juros que representa o componente financeiro embutido no fluxo de recebimentos. Essa taxa considera os riscos e prêmios específicos do contrato de concessão.

A receita de construção ou melhoria da infraestrutura de transmissão e a receita de remuneração do ativo de contrato da concessão estão sujeitas ao diferimento do Programa de Integração Social - PIS e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS cumulativos, registrados na conta “impostos diferidos” e o diferimento do imposto de renda e contribuição social no passivo não circulante.

3.9 Redução ao valor recuperável (“*impairment*”)

a. Ativos financeiros e ativos de contrato

Um ativo financeiro e ativo de contrato não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável, que pode ocorrer após o reconhecimento inicial desse ativo e que tenha um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados.

A Companhia avalia a evidência de perda de valor para recebíveis e títulos de investimentos mantidos até o vencimento, tanto no nível individualizado, como no nível coletivo, para todos os títulos significativos.

A redução do valor recuperável de um ativo financeiro e/ou ativo de concessão é reconhecida pela diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

b. Ativos não financeiros

Os ativos não financeiros com vida útil indefinida são testados anualmente para a verificação se seus valores contábeis não superam os respectivos valores de realização. Os demais ativos sujeitos à amortização são submetidos ao teste de “*impairment*” sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indiquem que o valor contábil possa não ser recuperável.

3.10 Informações por segmento

A Companhia apresenta suas demonstrações financeiras considerando somente um segmento operacional, o de transmissão de energia elétrica que representa integralmente a receita total da Companhia. É dessa forma que os principais tomadores de decisão estratégica e operacional da Companhia avaliam a “performance” dos empreendimentos e aloca os recursos necessários.

3.11 Normas e interpretações novas e revisadas

Novas normas aplicadas a partir de 01.01.2023

No exercício corrente, a Companhia adotou as alterações e novas interpretações às IFRS e aos pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Conselho das Normas Internacionais de Contabilidade (International Accounting Standards Board - IASB) e pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, respectivamente, que entraram obrigatoriamente em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023.

Norma ou interpretação	Descrição	Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após
CPC 50/ IFRS 17	Contratos de Seguros	01/01/2023
Alterações ao CPC 26/ IAS 1 e Declaração de Prática 2 – Fazendo Julgamentos de Materialidade	Divulgação de Políticas Contábeis	01/01/2023
Alterações ao CPC 23/ IAS 8	Definição de estimativas contábeis	01/01/2023

A adoção dessas normas e interpretações novas e revisadas não resultou em impactos relevantes sobre a posição patrimonial e financeira e os resultados da Companhia ou sobre as divulgações nestas demonstrações financeiras.

Normas e interpretações novas e revisadas emitidas e ainda não aplicáveis

Norma ou interpretação	Descrição	Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após
Alterações ao CPC 26/ IAS 1	Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes	01/01/2024
Alterações ao CPC 26/ IAS 1	Passivos não circulantes com Covenants	01/01/2024
Alterações ao CPC 26/ IAS 1 e CPC 40/IFRS 7	Acordos de financiamento de fornecedores (“Risco sacado”)	01/01/2024
Alterações ao CPC 36 (R3) / IFRS 10 e CPC 18 (R2) / IAS 28	Venda ou Constituição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Joint Venture	Postergada indefinitivamente

Atualmente, a Administração está conduzindo uma análise dos impactos que poderão advir com a adoção das normas e interpretações novas e revisadas supracitadas em suas demonstrações financeiras. Contudo, com base nas análises realizadas até o momento, a Administração não espera impactos relevantes sobre as demonstrações financeiras da Companhia em decorrência da adoção dessas normas e interpretações novas e revisadas emitidas e ainda não aplicáveis.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2023	31/12/2022
Caixa e equivalentes de caixa	4.223	8.195
Total	4.223	8.195

5 Títulos e valores mobiliários

5.1 Circulante

	31/12/2023	31/12/2022
Títulos valores mobiliários (*)	40.526	12.637
Total	40.526	12.637

(*) Aplicações financeiras em CDB de instituições financeiras e em Fundos Exclusivos Referenciados DI (referenciado na variação do CDI), com remuneração média de 103,40% do CDI em 31 de dezembro de 2023 (80% do CDI no exercício findo em 31 de dezembro de 2022). As carteiras dos Fundos são compostas exclusivamente por títulos de renda fixa, distribuídos entre títulos públicos federais, operações compromissadas, cotas de fundos e outros títulos de instituições financeiras.

5.2 Fundos Vinculados – Caixa Restrito

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Conta Reserva (**)	25.405	23.079
Total	<u>25.405</u>	<u>23.079</u>

(**) Para fins de garantia da operação da 1ª emissão de debêntures e pagamento do financiamento com o BNDES, a Companhia precisa manter recursos nas contas denominadas como “conta reserva”, o montante equivalente ao necessário para o pagamento de 3 (três) parcelas referentes ao financiamento BNDES e 1 (uma) parcela referente ao pagamento das debêntures. Por entender que os fundos vinculados são originados pela emissão das dívidas, a Companhia classifica seu impacto nas demonstrações dos fluxos de caixa nas atividades de financiamento. Em 31 de dezembro de 2023, a totalidade dos recursos estão aplicados em cotas de fundos de investimentos de renda fixa com títulos públicos referenciado FI no Banco Bradesco com remuneração média de 99,06% do CDI (d 98,83% do CDI no exercício findo em 31 de dezembro de 2022). A composição da carteira está dividida em títulos públicos federais, operações compromissadas e cotas de fundos de investimentos.

6 Contas a receber de clientes

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Concessionárias e Permissionárias (*)	10.717	9.467
Total	<u>10.717</u>	<u>9.467</u>

(*) A Companhia não contabiliza provisão para créditos de liquidação duvidosa, por entender que são baixas as probabilidades de não recebimento dos valores de seus clientes, pois no caso de não pagamento, a Companhia, como agente de transmissão, poderá solicitar a ONS o acionamento centralizado da garantia bancária do usuário relativa ao contrato de constituição de garantia ou carta de fiança bancária.

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Títulos a vencer	8.066	9.052
Títulos vencidos em até 30 dias	595	-
Títulos vencidos em até 90 dias	975	34
Títulos vencidos há mais de 90 dias	1.081	381
	<u>10.717</u>	<u>9.467</u>

7 Despesas pagas antecipadamente

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Seguros a apropriar (*)	200	482
Total	<u>200</u>	<u>482</u>

(*) Refere-se a apólices de seguro assumidas pela Companhia conforme descrito na nota explicativa nº 27.

8 Ativo de concessão

8.1 Composição do Ativo da Concessão - Saldos acumulados

	31/12/2023	31/12/2022
Receita de construção	672.732	610.018
Receita de operação e manutenção	47.618	36.754
Receita de remuneração do ativo de concessão	585.604	470.728
Recebimentos	(377.239)	(280.307)
Total	928.715	837.193
Circulante	99.572	95.424
Não circulante	829.143	741.769

8.2 Margens de Obrigações e Performance

	31/12/2023	31/12/2022
Margem de O&M		
Receita	10.864	9.871
Custos (a)	(9.724)	(6.337)
Margem (R\$)	1.140	3.534
Margem Percebida (%)	10%	36%
Margem de Construção		
Receita (b)	62.714	22.036
Custos (b)	(52.689)	(19.820)
Margem (R\$)	10.025	2.216
Margem Percebida (%)	16%	10%

- a) Os custos de O&M no exercício aumentaram em decorrência da adição dos custos de pessoal rateados entre as concessões do grupo Argo, tais custos não ocorreram no exercício comparativo.
- b) O aumento nas linhas de receita e custo de construção no período é decorrente dos investimentos realizados na construção dos reforços com a instalação do 2º reator de barras na SE Juazeiro III e do 3º transformador de força na SE Morro do Chapéu, conforme divulgado na nota explicativa nº 1.1

8.3 Movimentação do ativo da concessão

A movimentação do saldo de ativo da concessão é como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2021	791.512
Receita de construção (*)	22.036
Remuneração do ativo de concessão	89.914
Receita de operação e manutenção	9.871
Recebimentos	(76.140)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	837.193

Receita de construção (*)	62.714
Remuneração do ativo de concessão	114.876
Receita de operação e manutenção	10.863
Recebimentos	(96.931)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	928.715

(*) Refere-se aos reforços aprovados através das Resoluções Autorizativas emitidas pela ANEEL, conforme mencionado na nota explicativa nº 1.1, para implementação de novos equipamentos nas subestações de Juazeiro da Bahia e Morro do Chapéu II para aumento da capacidade de transmissão em atendimento as demandas de geração.

9 Imposto de renda e contribuição social a compensar

O detalhamento do montante para 31 de dezembro de 2023 e 2022 encontra-se logo abaixo:

	31/12/2023	31/12/2022
Imposto de renda e contribuição social	1.957	862
Total	1.957	862

10 Tributos a compensar

	31/12/2023	31/12/2022
PIS a compensar	5	1
COFINS a compensar	23	6
Outros tributos a compensar	141	102
Total	169	109

11 Fornecedores

	31/12/2023	31/12/2022
Fornecedores nacionais	1.446	124
Total	1.446	124

12 Encargos Trabalhistas

	31/12/2023	31/12/2022
Provisão de bônus	59	-
Provisão de férias	65	-
Encargos trabalhistas	92	-
Total	216	-

13 Obrigações tributárias

	31/12/2023	31/12/2022
Pis e COFINS	1.619	741
ICMS - diferencial de alíquota	592	5
ISS de terceiros	123	1
Outros tributos	142	1
Total	2.476	748

14 Obrigações regulatórias

	31/12/2023	31/12/2022
Provisão para P&D	684	652
Encargos regulatórios a recolher (*)	104	190
Total	788	842

(*) Encargos setoriais definidos pela ANEEL e previstos em lei. Sendo eles: taxa de fiscalização, conta de desenvolvimento energético e Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica e FINEP – Financiadora de estudos e projetos.

15 Empréstimos e Financiamentos

Instituição financeira	BNDES (a)	BNDES-Reforço (b)	Total
Saldo final 31/12/2021	291.484	-	291.484
Captação	-	-	-
Juros e variação monetária	23.941	-	23.941
Pagamentos Principal	(17.828)	-	(17.828)
Pagamentos Juros	(21.845)	-	(21.845)
Saldo final 31/12/2022	275.752	-	275.752
Captação	-	60.601	60.601
Juros e variação monetária	23.331	1.424	24.755
Pagamentos Principal	(19.461)	(75)	(19.537)
Pagamentos Juros	(20.715)	(359)	(21.074)
Custo de transação	31	-	31
Saldo final 31/12/2023	258.938	61.591	320.529
Classificado como:	31/12/2023		31/12/2022
Circulante	23.952		20.233
Não Circulante	296.577		255.519

- (a) Em 6 de setembro de 2017, com o objetivo de financiar os investimentos ligados à implementação do seu projeto, a Companhia celebrou junto ao BNDES um contrato de longo prazo no montante total de R\$ 310.000. Sobre o contrato de financiamento incide juros médio ponderado de 2,02% ao ano, a título de remuneração, acima da taxa de juros de longo prazo (TJLP). Esse financiamento será pago em 168 prestações mensais e sucessivas. A amortização dos subcréditos se iniciaram em 15 de outubro de 2017, e sua liquidação é prevista até 15 de março de 2033. A Companhia considera que os juros pagos pelo contrato de financiamento captados são inerentes aos financiamentos e, portanto, considera mais adequada a divulgação desses montantes dentro das atividades de financiamento das demonstrações de fluxos de caixa.
- (b) Em 6 de julho de 2023, com o objetivo de financiar os investimentos ligados à implementação de Reforços do seu projeto, a Companhia celebrou junto ao BNDES um contrato de longo prazo no montante total de R\$ 99.009. Sobre o contrato de financiamento incide taxa de juros prefixada de 5,49% ao ano, spread do BNDES de 1,50% taxa composta (i) e variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). Este financiamento será pago em 133 prestações mensais e sucessivas. A amortização do subcréditos deram início em 15 de dezembro de 2023, e sua liquidação é prevista até 15 de dezembro de 2034. A Companhia considera que os juros pagos pelo contrato de financiamento captados são inerentes aos financiamentos e, portanto, considera mais

adequada a divulgação desses montantes dentro das atividades de financiamento das demonstrações de fluxos de caixa.

Vencimento das parcelas de longo prazo

Em 31 de dezembro de 2023, os vencimentos a longo prazo têm a seguinte composição:

	<u>31/12/2023</u>
2025	23.847
2026	25.444
2027	26.518
2028 em Diante	<u>220.768</u>
Total	<u>296.577</u>

Garantias

Fianças bancárias e garantias usuais de projeto, tais como:

- Penhor da totalidade das ações de emissão da Argo V;
- Cessão fiduciária de recebíveis e direitos emergentes do contrato de concessão.
- Conta reserva do serviço da dívida a ser constituída, preenchida com recursos no valor equivalente a três vezes o valor da prestação mensal de amortização, incluindo pagamento de principal, juros e demais acessórios da dívida decorrentes do contrato.

Cláusulas restritivas

A Companhia possui cláusulas restritivas contratuais atreladas ao financiamento do projeto, as quais podem, em caso de não conformidade, levar ao vencimento antecipado da dívida. Essas cláusulas estão relacionadas a índices financeiros, tais como: cobertura do serviço da dívida, endividamento, liquidez e de obrigações operacionais.

A Companhia possui a seguinte cláusula:

- Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD)

O ICSD é calculado a partir da divisão da Geração de Caixa da Atividade pelo Serviço da Dívida, com base em informações registradas nas Demonstrações Contábeis Regulatórias auditadas, em períodos de verificação a cada 12 meses. A Companhia deve atingir o ICSD de no mínimo 1,2 (um inteiro e dois décimos).

O contrato de financiamento possui cláusulas restritivas “covenants” financeiras e não financeiras de vencimento antecipado, incluindo o cumprimento de determinados indicadores financeiros durante a sua vigência.

A Administração da Companhia faz o acompanhamento das cláusulas restritivas.

16 Debêntures

Agente fiduciário	Debêntures	Total
Saldo final 31/12/2021	89.153	89.153
Juros e variação monetária	10.818	10.818
Pagamentos Principal	(6.011)	(6.011)
Pagamentos Juros	(5.942)	(5.942)
Saldo final 31/12/2022	88.018	88.018
Juros e variação monetária	9.534	9.534
Pagamentos Principal	(8.423)	(8.423)
Pagamentos Juros	(5.763)	(5.763)
Saldo final 31/12/2023	83.366	83.366

Classificados como:	31/12/2023	31/12/2022
Circulante	11.995	9.861
Não Circulante	71.371	78.157

Única emissão de debêntures

Em 15 de novembro de 2017, a Argo V realizou a primeira emissão de debêntures, de distribuição pública com esforços restritos (“ICVM 476”) de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie garantia real, com garantia adicional fidejussória, sem cláusula de repactuação, em série única no montante total de R\$ 89.153, com vencimento em setembro de 2031 e taxa de remuneração de IPCA + 6,80% a.a. As garantias reais foram outorgadas em benefício conjunto do BNDES e dos debenturistas, representados pelo agente fiduciário, e compartilhadas nos termos dos contratos de garantia de pari passu e em mesmo grau de senioridade, proporcionalmente ao saldo devedor do BNDES e dos debenturistas, sem ordem de preferência de recebimento no caso de excussão (compartilhamento das garantias reais). A Companhia considera que os juros pagos pela emissão de debêntures são inerentes aos financiamentos e, portanto, considera mais adequada a divulgação desses montantes dentro das atividades de financiamento das demonstrações de fluxos de caixa.

Vencimento das parcelas de longo prazo

Em 31 de dezembro de 2023, os vencimentos das parcelas a longo prazo têm a seguinte composição:

2025	5.068
2026	11.202
2027	12.803
2028 em diante	42.298
Total	71.371

Garantias

Garantias usuais de projeto, tais como:

- Penhor da totalidade das Ações de Emissão;
- Cessão Fiduciária de Recebíveis e Direitos Emergentes do Contrato de Concessão; e
- Conta reserva do serviço da dívida a ser constituída, preenchida com recursos no valor equivalente a três vezes o valor da prestação mensal de amortização, incluindo pagamento de principal, juros e demais acessórios da dívida decorrentes do contrato.

Cláusulas restritivas

A Companhia possui cláusulas restritivas contratuais atreladas ao financiamento do projeto, as quais podem, em caso de não conformidade, levar ao vencimento antecipado da dívida. Essas cláusulas estão relacionadas com índices financeiros como cobertura do serviço da dívida, endividamento, liquidez e de obrigações operacionais.

A Companhia possui a seguinte cláusula:

- Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD)

O ICSD é calculado a partir da divisão da Geração de Caixa da Atividade pelo Serviço da Dívida, com base em informações registradas nas Demonstrações Contábeis Regulatórias auditadas, com base em períodos de verificação a cada 12 meses. A Companhia deve atingir o ICSD de no mínimo 1,2 (um inteiro e dois décimos).

O Grupo realiza o acompanhamento das cláusulas restritivas previstas nos contratos de debêntures.

17 PIS e COFINS diferidos

O diferimento do PIS e da COFINS é relativo à 9,25% das receitas de implementação da infraestrutura e remuneração do ativo da concessão. Conforme previsto na Lei nº 12.973/14 e pela interpretação técnica ICPC 01 (IFRIC 12). A liquidação desta obrigação diferida ocorrerá à medida que a Companhia receber as contraprestações determinadas no contrato de concessão mencionado na nota explicativa nº 1.

A movimentação para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 é demonstrada a seguir:

Saldos em 31 de dezembro de 2021	73.215
Constituição	5.232
Amortização	(1.006)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	77.441
Constituição	17.431
Amortização	(8.966)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	85.906

Classificado como:

Circulante	9.210
Não circulante	76.696

18 Provisão para Contingências

A Companhia é parte em demandas de natureza trabalhista, cível, tributária e/ou outras em andamento na esfera administrativa e/ou judicial. As provisões para as perdas decorrentes dessas demandas são estimadas e atualizadas pela Companhia, amparada pela opinião de seus assessores jurídicos externos.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, na opinião de seus assessores jurídicos externos, a Companhia não é parte em processos judiciais e administrativos na qualidade de ré, cujo prognóstico de perda seja provável.

Contingências passivas com avaliação de risco possível

A Companhia é parte em outros processos e riscos, nos quais a Administração, suportada por seus assessores jurídicos externos, acredita que as chances de perda são possíveis e, por este motivo, nenhuma provisão sobre eles foi constituída. As reclamações relacionadas a perdas possíveis perfazem o montante de R\$ 211 (R\$ 10.336 em 31 de dezembro de 2022).

19 Partes relacionadas

O saldo do passivo com partes relacionadas em 31 de dezembro de 2023 no montante de R\$ 612 (R\$ 405 em 31 de dezembro de 2022), representa despesas incorridas a serem pagas as empresas do grupo.

Contrato de compartilhamento de infraestrutura e serviços corporativos	Vigência	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
		Passivo	Passivo	Resultado	Resultado
Argo Transmissão de Energia S/A	31/07/2024	612	405	2.647	405
		612	405	2.647	405

19.1 Remuneração da Administração

Em 31 de Dezembro de 2023, a remuneração do pessoal-chave da Administração, que contempla a Diretoria Executiva e os Conselheiros, totalizou R\$ 8.303 (R\$ 7.161 em 31 de dezembro de 2022), sendo salários e benefícios variáveis. A remuneração da Administração está registrada na rubrica “Despesas gerais e administrativas” e refere-se a uma administração comum, na qual a remuneração é paga pela Argo Transmissão de Energia S.A. A abertura dos saldos está apresentada a seguir:

	31/12/2023	31/12/2022
Benefícios de curto prazo a empregados:		
Salários e honorários	3.631	3.659
Encargos sociais	1.747	943
Bônus	2.925	2.559
Total	8.303	7.161

O montante total da remuneração, pago pela Argo Transmissão de Energia. S.A., é rateado com a Companhia e as demais empresas do grupo, o montante correspondente a Companhia e reconhecido no resultado referente ao rateio da Remuneração da Administração é no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 é de R\$ 524 (R\$ 0 em 31 de dezembro de 2022).

20 Patrimônio líquido

Em 31 de dezembro de 2023, o capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 251.284.711,00 (duzentos e cinquenta e um milhões, duzentos e oitenta e quatro mil, setecentos e onze reais), dividido em 251.284.711 (duzentas e cinquenta e um milhões, duzentas e oitenta e oito mil, setecentas e onze) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas em moeda corrente nacional.

A composição do capital social subscrito da companhia é como se segue:

Acionista	31/12/2023		31/12/2022	
	Ações ordinárias	%	Ações ordinárias	%
Argeb Energia Empreendimentos e Participações S.A.	251.284.711	100%	251.284.711	100%

a) Reserva legal

De acordo com o previsto no artigo 193 da Lei nº 6.404/76, 5% do lucro líquido do exercício deverá ser utilizado para constituição de reserva legal, que não pode exceder 20% do capital social.

b) Incentivos Fiscais

Conforme laudo constitutivo nº 0142/2018 em substituição ao de nº 0242/2017 de reconhecimento do direito ao benefício à redução do IRPJ emitido em 29 de dezembro de 2017 foi garantido à Argo V Transmissão de Energia S.A. pelo diretor de gestão de fundos e incentivos e de investimentos da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, o direito do benefício de redução de 75% do imposto de renda e adicionais, calculados com base no lucro da exploração. O período de fruição ao direito do benefício fiscal é de 01 de janeiro de 2018 a 31 de dezembro de 2027.

A Administração está propondo a seguinte distribuição de dividendos:

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro líquido do exercício	49.044	51.011
Reserva legal - (5%)	(2.452)	(2.551)
Reserva de Incentivo Fiscal	(2.258)	(2.872)
Lucro líquido ajustado	44.334	45.588
Dividendos mínimos obrigatórios – 1%	(443)	-
Dividendos adicionais propostos – 24%	(10.640)	-
Reservas de lucros	(33.250)	(28.666)
Juros sobre capital próprio	-	(16.922)
Dividendos mínimos obrigatórios a pagar (*)	443	-

(*) Em 2022, como o valor dos juros sobre capital próprio foi superior aos montantes dos dividendos mínimos obrigatórios, não houve distribuição adicional.

21 Resultado por ação

O resultado por ação básico e diluído é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo exercício. Em conformidade com o pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33), a tabela a seguir reconcilia o resultado líquido aos montantes usados para calcular o resultado básico e diluído por ação:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Resultado básico e diluído por ação		
Numerador:		
Lucro líquido do exercício	49.044	51.010
Denominador:		
Média ponderada de número de ações ordinárias em circulação	251.285	236.626
Lucro líquido básico e diluído por ação ordinária (R\$ por ação)	<u>0,1952</u>	<u>0,2156</u>

22 Receita operacional líquida

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Receita de Construção	62.714	22.036
Receita de remuneração do ativo de concessão	114.876	89.914
Receita de operação e manutenção	10.863	9.871
Outras receitas	(1.546)	14.918
Parcela Variável e outras deduções	(1.315)	-
Receita bruta	<u>185.592</u>	<u>136.739</u>
(-) PIS e COFINS sobre ativo de concessão	(8.466)	(4.225)
(-) PIS e COFINS sobre faturamento	(8.958)	(8.423)
(-) Encargos regulatórios	(1.102)	(1.103)
Receita líquida	<u>167.066</u>	<u>122.988</u>

23 Custos e despesas por natureza

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Serviços de terceiros	(7.464)	(28.139)
Custo de construção	(52.690)	-
Materiais	(195)	(70)
Pessoal	(3.694)	(177)
Arrendamentos e aluguéis	(140)	(30)
Tributos	(29)	(6)
Seguros	(576)	-
Outros	(373)	(387)
Total	<u>(65.161)</u>	<u>(28.809)</u>
Valores alocados a:		
Custos de operação e manutenção	(9.724)	(6.337)
Custos de construção	(52.690)	(19.820)
Despesas gerais e administrativas	(2.747)	(2.652)

24 Resultado financeiro

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Receitas financeiras:		
Receitas de títulos e valores mobiliários	5.572	4.736
(-) PIS e COFINS s/ receitas financeiras	(259)	(220)
Outras receitas financeiras	3	28
Total	<u>5.316</u>	<u>4.544</u>
Despesas financeiras:		
Imposto sobre Operações Financeiras – IOF	(1.145)	(9)
Juros e variações monetárias	(34.289)	(34.759)
Outras despesas financeiras	(2.899)	(684)
Total	<u>(38.333)</u>	<u>(35.452)</u>
Resultado financeiro líquido	<u>(33.017)</u>	<u>(30.908)</u>

25 Imposto de renda e contribuição social

a. Reconciliação da alíquota efetiva

A reconciliação da despesa de Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL apresentada no resultado de 2023 é como segue:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Lucro operacional antes do imposto de renda e da contribuição social	68.888	63.270
Alíquota nominal	34%	34%
Expectativa de IRPJ e CSLL de acordo com as alíquotas vigentes	(23.422)	(21.512)
Benefício fiscal	2.281	2.872
Prejuízo fiscal e base negativa	1.308	
Juros sobre capital próprio	-	5.752
Adições e exclusões permanentes	(35)	628
Outros	24	
Constituição de IRPJ e CSLL diferidos	(19.294)	(11.386)
Constituição de IRPJ e CSLL corrente	(550)	(874)
Alíquota efetiva	29%	19%

b. Movimentação de imposto de renda e contribuição social diferidos

	<u>Ativo (a)</u>	<u>Passivo (b)</u>	<u>Líquido</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2021	6.562	(70.588)	(64.026)
Utilização de benefício fiscal sobre prejuízo fiscal (a)	(1.421)	-	(1.421)
Contratos de concessão (b)	-	(9.965)	(9.965)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	5.141	(80.553)	(75.412)
Utilização de benefício fiscal sobre prejuízo fiscal (a)	11.824	-	11.824
Contratos de concessão (b)	-	(31.118)	(31.118)
Saldos em 30 de dezembro de 2023	16.965	(111.671)	(94.706)

(a) Originam-se dos prejuízos fiscais. Esses ativos serão realizados ao longo do Contrato de Concessão.

(b) Originam-se dos Contratos de Concessão. Referem-se aos valores de imposto de renda e contribuição social sobre os resultados da operação de construção da infraestrutura para prestação do serviço de transmissão de energia elétrica e remuneração do ativo de contrato (CPC 47) reconhecidos por competência, que são oferecidos à tributação à medida do efetivo recebimento, conforme previsto nos artigos 168 e 169 da Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº 1.700 de 14 de março de 2017.

26 Instrumentos financeiros

	Hierarquia	Valor Justo		Valor Contábil	
		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Ativos financeiros:					
Valor justo por meio do resultado:					
Títulos e valores mobiliários	2	40.526	12.637	40.526	12.637
Total		40.526	12.637	40.526	12.637
Custo amortizado:					
Caixa e equivalentes de caixa	2	4.223	8.195	4.223	8.195
Contas a receber de clientes	2	10.717	9.467	10.717	9.467
Fundos vinculados – caixa restrito	2	25.405	23.079	25.405	23.079
Total Ativo		40.345	40.741	40.345	40.741
Passivos financeiros:					
Custo amortizado:					
Fornecedores	2	1.446	124	1.446	124
Contas a pagar - partes relacionadas	2	612	405	612	405
Empréstimos e Financiamentos	2	320.529	275.752	320.529	275.752
Debêntures	2	81.441	88.018	83.366	88.018
Outros passivos	2	3.985	2.317	3.985	2.317
Total Passivo		408.013	366.616	409.938	366.616

Hierarquia do valor justo

Os instrumentos financeiros contratados enquadram-se conforme anteriormente apresentado, e de acordo com a definição de hierarquia do valor justo descrita a seguir, conforme o pronunciamento técnico CPC 40 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação.

- **Nível 1** - avaliação com base em preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos na data das demonstrações financeiras. Um mercado é visto como ativo se os preços cotados estiverem pronta e regularmente disponíveis a partir de uma bolsa de mercadorias e valores, um corretor, um grupo de indústrias, um serviço de precificação ou uma agência reguladora e aqueles preços representarem transações de mercado reais, as quais ocorrem regularmente em bases puramente comerciais.
- **Nível 2** - utilizado para instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, derivativos de balcão), cuja avaliação é baseada em técnicas que, além dos preços cotados incluídos no nível 1, utilizam outras informações adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, direta (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços).

- **Nível 3** - avaliação determinada em virtude de informações, para os ativos ou passivos, que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, informações não observáveis).

Técnicas de avaliação e informações utilizada para determinação do valor justo

- Caixa e equivalentes de caixa: contas-correntes conforme posições dos extratos bancários e aplicações financeiras valorizadas pela taxa do CDI até a data das demonstrações financeiras.
- Títulos e valores mobiliários: aplicações financeiras mensuradas pelo valor justo ou custo amortizado são valorizadas substancialmente pela taxa do CDI até a data das demonstrações financeiras.
- Fornecedores e outras obrigações: o valor justo aproxima-se do seu valor contábil, uma vez que tem prazo de pagamento abaixo de 60 dias.
- Financiamentos e debêntures: são reconhecidos inicialmente pelo valor justo diminuídos de quaisquer custos de transação atribuíveis. No caso das debêntures é mensurado com base na cotação de mercado do próprio instrumento. Após o reconhecimento inicial, os financiamentos são medidos pelo custo amortizado e juros trazidos a valor presente utilizando como taxa de desconto real o CDI na data findo em 31 de dezembro de 2023.

Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõe a diversos riscos financeiros: risco de crédito, risco de capital, risco de mercado e risco de liquidez.

Risco de crédito

Salvo pelas contas a receber e aplicações financeiras com bancos de primeira linha, a Companhia não possui outros saldos a receber de terceiros contabilizados no exercício. Por esse fato, esse risco é considerado baixo.

A RAP de uma empresa de transmissão é recebida das empresas que utilizam sua infraestrutura por meio de Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão - TUST. Essa tarifa resulta do rateio entre os usuários do Sistema Integrado de Transmissão SIM de alguns valores específicos, a RAP de todas as transmissoras, os serviços prestados pelo ONS e os encargos regulatórios.

O Poder Concedente delegou às geradoras, às distribuidoras, aos consumidores livres, aos exportadores e aos importadores o pagamento mensal da RAP, que, por ser garantida pelo arcabouço regulatório de transmissão, se constitui em direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro; desse modo, o risco de crédito é baixo.

Em 31 de dezembro de 2023, a exposição máxima do risco de crédito do contas a receber é de R\$ 10.717 (R\$ 9.467 em 31 de dezembro de 2021).

Risco de capital

A Companhia administra seu capital para assegurar a continuidade de suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas

operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

Risco de mercado

A utilização de instrumentos financeiros pela Companhia tem como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços e moedas.

A Companhia não pactuara contratos de derivativos para fazer “hedge” contra esses riscos; porém, estes são monitorados pela Administração, que periodicamente avalia a exposição da Companhia e propõe estratégia operacional, sistema de controle, limite de posição e limites de créditos com os demais parceiros do mercado. A Companhia também não pratica aplicações de caráter especulativo nem outros ativos de risco. O principal risco de mercado ao qual a Companhia está relacionado às taxas de juros.

A Companhia aplica substancialmente seus recursos em títulos de renda fixa, sendo a maior parte destes alocada em CDBs e em títulos privados substancialmente lastreados em CDBs. Os saldos que apresentam risco de taxas de juros são: (i) caixas e equivalentes; (ii) títulos e valores mobiliários; e (iii) Empréstimos e debêntures.

Risco de liquidez

A responsabilidade pelo gerenciamento do risco de liquidez é da Administração da Companhia, que gerencia o risco de liquidez de acordo com as necessidades de captação e gestão de liquidez de curto, médio e longo prazos, mantendo linhas de crédito de captação de acordo com suas necessidades de caixa, combinando os perfis de vencimento de seus ativos e passivos financeiros.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros da Companhia, por faixa de vencimento, correspondentes ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento. Em 31 de dezembro de 2023, os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa descontados contratados:

	Próximos 12 meses	Entre 13 e 24 meses	Entre 25 e 36 meses	37 meses em diante
Fornecedores	1.446	-	-	-
Financiamentos	23.952	23.847	25.444	247.287
Debêntures	11.995	5.058	11.202	55.001
Total	37.393	28.905	36.646	302.388

Análise de sensibilidade

A Companhia realiza análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros estão expostos, basicamente representados por variação das taxas de juros.

Para verificar a sensibilidade dos indexadores nos investimentos aos quais a Companhia está exposta na data-base 31 de dezembro de 2023, foram definidos três cenários diferentes:

O cenário I (provável) considera o cenário esperado para os próximos 12 meses a partir de 31 de dezembro de 2022, tendo como base as taxas de juros futuras observadas na data-base das

demonstrações financeiras, disponíveis no *website* da BM&F Bovespa (CDI), Boletim Focus (IPCA) e a manutenção da TJLP. Para os riscos de variação do CDI que é base para atualização de parte substancial das aplicações financeiras, de acordo com taxas referenciais de mercado projetadas para os próximos 12 meses é de 11,65% ao ano, para o IPCA, é de 3,90% e a TJLP para remuneração da dívida, cuja posição em 31 de dezembro de 2023 é de 6,55% ao ano.

Os cenários II e III consideram os rendimentos auferidos caso haja uma depreciação de 25% e 50%, respectivamente, na variável de risco considerada.

O resumo dos diferentes cenários é demonstrado abaixo:

Operação	Risco	Total	Cenário		
			I	II	III
Caixa e equivalentes	Redução do CDI	4.223	492	369	246
Títulos e valores mobiliários	Redução do CDI	40.526	4.721	3.541	2.361
Fundos restritos	Redução do CDI	25.405	2.960	2.220	1.480
Total		70.154	8.173	6.130	4.087
Empréstimos e Financiamentos	Aumento da TJLP	320.529	20.995	15.746	10.498
Debêntures	Aumento do IPCA	83.366	3.251	2.438	1.626
Total		403.895	24.246	18.184	12.124

27 Seguros

Em 31 de dezembro de 2023, a cobertura de seguros é como segue:

Tipo	Seguradora	Valor segurado	Vigência
Seguros - Responsabilidade civil	CHUBB	50.000	07/09/2024
Seguros - Riscos operacionais	Fator	200.000	07/09/2024

28 COMPROMISSOS

A Companhia possui contratos em aberto para conclusão das construções relacionadas aos reforços em construção, o qual considera os custos com equipamentos, materiais e serviços durante a fase de construção. Os compromissos assumidos estabelecidos no contrato são reajustados anualmente com base no IPCA acumulado para o período de um ano e estão demonstrados no cronograma de pagamento a seguir:

Serviços e materiais	<u>2024</u> 43.298
----------------------	-----------------------

29 TRANSAÇÕES QUE NÃO ENVOLVENDO CAIXA

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia realizou a seguinte operação não envolvendo caixa, portanto, esta não está refletida na demonstração dos fluxos de caixa:

<u>Transações que não impactaram caixa</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Compensação de IRPJ	2.258	2.872

* * *

Simone Borsato
Diretora de RI e Finanças

Thiago Borges Martins
Controller
CRC/RJ 116409/O